

# Apresentação: Patologias e disfunções da democracia em contexto mediático I

João Carlos Correia

Universidade da Beira Interior, LabCom.IFP

E-mail: jcfcorreia@gmail.com

**E**STA revista reúne um conjunto de investigações desenvolvidas pelo Labcom.IFP, Universidade da Beira Interior, Portugal, apresentadas às Jornadas Internacionais Patologias e Disfunções da Democracia em Contexto Mediático, que se realizaram nos dias 26 e 27 de outubro na Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal.

As jornadas corresponderam a um contexto de agitação política e de surpreendentes mutações internacionais. Alguns acontecimentos tornaram-se relevantes para justificarem uma observação de natureza académica: em Portugal, vivia-se um momento marcado pela consolidação recente da nova solução política resultante dos acordos tripartidos assinados entre o PS, o PCP e o BE. Esta constituía uma novidade em termos da interpretação das possibilidades governativas abertas pela Constituição: no fundo, alterava-se, desta vez à esquerda, a composição do arco governativo que emergira da consolidação democrática no período da Guerra Fria, entre os anos de 74 a 77. Na França, consolidava-se o espectro da extrema-direita que aliás também vinha a conhecer significativo incremento, posteriormente confirmado na Alemanha, na Áustria, na Itália e na Holanda, de partidos nacionalistas e populistas com uma agenda fortemente securitária e marcada pela defesa de políticas anti-imigração. Ainda na União Europeia, o Brexit significara um salto qualitativo em relação ao tradicional euroceticismo dos britânicos. A Leste, por exemplo, na Hungria, consolidava-se um tipo de regimes que, de forma cada vez mais acentuada, assumiam a tipologia de uma “democracia” musculada, onde, apesar da manutenção do ritual democrático eleitoral, se verificava o surgimento de características autoritárias, nomeadamente a adoção de medidas securitárias, de imposição de restrições à liberdade de imprensa e de associação, acompanhadas por uma orientação cada vez mais xenófoba, presente em todos os casos estudados. Um novo espectro parecia pairar sobre a Europa e o Mundo. Porém, não era o comunismo como afirmavam Marx e Engels nas palavras iniciais do seu famoso Manifesto. Era o espectro do populismo, o qual vinha colocar em causa um dos problemas centrais estudados pelas Ciências da Comunicação e pela Sociologia da Cultura: a relação entre os especialistas e o público e o reconhecimento da

---

A *Revista Estudos em Comunicação* é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto *Comunicação, Filosofia e Humanidades (LabCom.IFP) UID/CCI/00661/2013*.



capacidade de este poder ou não intervir como protagonista de uma democracia mais amadurecida. Este é o mote do artigo de José Carlos Alexandre *Os especialistas e o público*, uma vasta recensão da teoria clássica centrada em torno das condições de debate público. A mesma problemática, embora desencadeada em torno do conceito de comunicabilidade e a consequente relação entre instrumentalidade e finalidade é objeto de uma abordagem conceptualmente distinta fundada em John Dewey e Alfred Schutz por Pedro Pinto de Oliveira em *Estratégias de interdições da comunicação: ruturas da democracia comunicada*.

No contexto do populismo, a imigração seria um tópico da paisagem política do período abrangido, marcado pela chamada crise dos refugiados. Esta desempenhou um papel fundamental na configuração das “patologias” aqui assinaladas, pois tornou bem claro o quanto a retórica multicultural se enfrentou com a realidade: ao mesmo tempo que as afirmações relativas à dignidade humana pareciam, mais do que nunca, integrar o léxico político, assistiu-se ao (re)emergir de fenómenos de xenofobia, racismo, confronto cultural, racial e étnico e, no limite, à proliferação de genocídios, numa escala que alguns ingenuamente julgavam ultrapassada. Apenas a morte de uma criança numa praia num cenário de desolador abandono (ver o texto *Aylan Kurdi como imagem-despertador da crise dos refugiados: o enquadramento da imprensa ibérica* de Rafael Mangana) tornou possível algumas manifestações mais empenhadas de solidariedade e de compaixão.

Do outro lado do Atlântico, as circunstâncias não eram menos agitadas: contra a maioria das previsões, os Estados Unidos tinham acabado de eleger um candidato que essencialmente refletia um conjunto de receios relativos à globalização económica. A reação, alimentada por tais receios era assumida, uma vez mais, em torno de uma agenda assente na diabolização dos fluxos migratórios e do comércio internacional. Simultaneamente, refletia também uma inflexão na política tradicional dos Estados Unidos da América, inflexão esta que se dirigia para um novo tipo de posicionamento em relação à Europa, à Ásia e ao Médio-Oriente. Anunciavam-se as medidas contra a emigração, a construção de um muro divisório nas fronteiras com o México. Previam-se a revisão ou a saída do Tratado de Paris relativo a estabelecimento de critérios mínimos em torno de uma agenda sobre o ambiente. Anunciava-se a revisão do acordo com o Irão, em torno do programa nuclear deste país. O tom adivinhava-se acentuadamente nacionalista, aliás desenvolvido em torno do slogan político *Make America Great Again*.

O Brasil, particularmente visado, por razões facilmente entendíveis no conjunto de textos que vêm à luz nesta revista, conhecia uma inflexão política que se traduzia na substituição de um conjunto de governos geralmente considerados de esquerda ou de centro-esquerda, caracterizados por um aumento de políticas sociais que tinham, para a maioria dos observadores, permitido a constituição de uma classe média mais alargada. No seu lugar, adivinhava-se a chegada ao poder de um grupo de forças marcadas por uma orientação política mais restritiva sob o ponto de vista orçamental e mais conservadora sob o ponto de vista da adoção de políticas de educação, cultura integração e diversidade cultural (como exemplo deste confronto, veja-se o texto *Reforma da previdência e trabalhista no Brasil: a democracia mediatizada no pós-impeachment de 2016* de Raket de Castro, José Shirley Pessoa do Nascimento e Francisca Izabel A. dos Santos). A essa inflexão política de contornos muitíssimo acentuados sob o ponto de vista de uma viragem conservadora não foram alheios, como inevitavelmente parece hoje obter consenso, a dificuldade do partido dominante em se manter à margem dos esquemas de clientelismo e de corrupção frequentemente verificados,

fenómeno este que arrastou consigo a judicialização da política em que os protagonistas detentores do poder judiciário se transformaram em protagonistas do cenário político-mediático ( ver a propósito *Heróis de capa: dos tribunais para as listas de intenção de votos. A representação dos juízes Joaquim Barbosa e Sérgio Moro nas capas das principais revistas brasileiras entre 2007 e 2017* de Marcos M. Queiroz ou *A neofeudalização da política mediatizada e a construção narrativa sobre a corrupção no Brasil* de Nathan Nguangu Kabuenge, Alda Cristina Costa e Sergio do Espírito Santo Ferreira Júnior).

A estes fenómenos adicionou-se a hostilidade crescente dos “media” tradicionais brasileiros em relação às Presidências anteriores por contraste com alguma benevolência dos media europeus (sobre esse tema, frequentemente analisado no âmbito das Jornadas de que este exemplar faz testemunho, vejam-se os textos *Enquadramentos midiáticos de Lula na imprensa francesa: uma análise do Le Monde e Le Figaro* de Anita Gonçalves Hoffmann e Luís Mauro Sá Martino; *Golpe no Brasil: o que a mídia tem a ver com isso?* da autoria de Flávia Quirino e Liziane Guazina; *O Jornal do Commercio e as manifestações sobre o impeachment de Dilma Rousseff: a distorção patológica da comunicação para usurpação da representação política da autoria* de Heitor Costa Lima da Rocha e Laís Cristine Ferreira Cardoso; *Transtornos e tumulto, ou uma grande festa da democracia? Contrastes da cobertura jornalística audiovisual da greve geral de 28 de abril no Brasil pelos média tradicional e alternativo* de Kamila Bossato Fernandes).

Estas alterações ainda por cima foram produzidas num contexto juridicamente controverso que se traduziu na destituição da Presidenta eleita e na sua substituição por um sucessor que corporizava uma nova aliança política e ideológica. Lentamente, esta orientação conduziria a uma sucessão de escândalos em que se tornariam perfeitamente reconhecíveis as manifestações contra o PT, seguidas do Impeachment de Dilma Rouseff e, finalmente, a recente prisão de Luís Inácio da Silva, que ainda não se verificara no momento em que as Jornadas tiveram lugar. Este contexto e as controvérsias jurídicas associadas (algumas claramente merecedoras de dúvidas acentuadas no que respeita aos contornos da sua boa fundamentação) contribuíram para um ambiente polarizado e fragmentado com uma radicalização política nas ruas e nas redes sociais. (sobre a polarização nas redes sociais, o uso da ironia e da violência ver o artigo *Humor e violência no Tuíte durante os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff* de Anelisa Maradei). Finalmente, a visibilidade do caso brasileiro e, em certa medida, da América Latina levou aliás à apresentação, nestas jornadas, de textos de natureza mais histórica ou comparativa como foram o caso de *Do discurso da censura à censura do discurso: o direito à liberdade de expressão nos jornais brasileiros* de Andreia da Silva Rocha; *ForaPresidentes – O papel da comunicação nas mobilizações populares pré-deposição em 53 anos de história da política brasileira* de Pablo Pinheiro Corrêa Leal e Raketel de Castro e *El rol de internet para romper el silencio: el ejemplo de dos casos en américa latina, Marcelo Freixo en Brasil y Sebastián Piñera en Chile* de Camila Pérez Lagos e Camila Cabral Salles.

As jornadas que deram origem a este número da revista centram-se numa trilogia temática que, na ocasião, estava particularmente em foco:

- Comunicação e silêncios: ocultações, fatos alternativos e “fake news” – avaliar fenómenos de visibilidade /invisibilidade, silenciamento e ocultação nos processos de deliberação

e de decisão política. (ver por exemplo, *O soundbite – Fenómeno comunicacional de (in)visibilidade política* de Francisca Gonçalves Amorim);

- Os desafios da participação política a na era dos “pós verdade” – Como decorre a participação e deliberação política em face da proliferação de informação estrategicamente manipulada. (Veja-se a propósito o texto *Bolhas de verdade: cinco alfinetes para (re)construir a democracia* de Maria João Silveirinha; ou, num plano mais orientado para a fórmula do estudo de caso, *Os orçamentos participativos na imprensa regional: um estudo de caso* de João Paulo Limão)
- O escândalo, corrupção e conseqüente e análise o impacto de fenómenos geralmente apontados como patológicos, disfuncionais e desviantes no processo democrático, bem como a sua representação mediática. Assim, entendeu-se que a encenação mediática do poder mobilizou protagonistas adequados a uma realidade em que o pensamento racional e a responsabilidade pública se confrontam com as exigências de uma popularidade constante, multiplicando-se os riscos de escândalo ou de falha pública decorrente de um permanente estado de escrutínio coletivo. A "escandalogia" tornou-se um neologismo já frequentemente usado para designar o estudo de fenómenos de crise de imagem que decorrem de modo acelerado à medida que crescem as oportunidades de exposição política (ver a propósito o texto *A anatomia do escândalo mediático: visibilidade, silêncios e pragmática nos mass media* de Hélder Prior).

Constatou-se ainda a mobilização frequentemente ilegítima de dados para realizar contra-informação e suscitar situações de pânico ou alarmismo capazes de influenciar a opinião pública com recurso a uma mobilização quase bélica de recursos mediáticos (veja-se o interessante texto *Contrapropaganda: aplicação da estratégia negativa nos cartazes das eleições legislativas e presidenciais portuguesas de 2001 a 2016* de Raphaël Baptista).

Em torno destes fenómenos valeu ainda a pena mobilizar a revisitação dos autores clássicos sobejamente pertinentes para o contexto mediático em que se geraram tais fenómenos políticos. Tal foi o caso de *Fábrica de controle de pensamentos: doutrinação e propaganda na perspetiva de Noam Chomsky* de Hadassa Ester David; bem como dos textos já anteriormente referido da autoria de José Carlos Alexandre, Pedro Pinto de Oliveira e Maria João Silveirinha, entre outros.

Terminamos recordando que, nos finais de 1990, crescera o otimismo em relação à expansão da democracia ao ponto de autores como Francis Fukuyama (1992) terem defendido que a democracia representativa de tipo liberal significava o fim da história. A dicotomia estabelecia-se entre vários modelos de democracia e não entre a democracia e os modelos não democráticos. Numa deriva mais exigente, criticou-se a falta mais do que o excesso de legitimidade. Verificava-se uma tendência da sociedade e das instituições no sentido de reconfigurarem as dinâmicas de funcionamento em função de uma maior abertura à participação pública, dinamizando a participação dos cidadãos, a adopção crescente de estratégias de legitimação das instituições e das organizações que enfatizam a necessidade de cidadãos ativos, intervenientes no processo de tomada de decisão.

No âmbito desta confluência de preocupações que convocam a participação cidadã, foi possível ainda durante os anos 90, possível detectar uma preocupação crescente com a qualidade da esfera pública, com o papel da opinião pública e com a implantação de técnicas, práticas e metodologias deliberativas que conferissem inflexão específica a este fenómeno, que ultrapassaria, expandiria

e ajudaria a repensar algumas das observações formuladas ao nível da filosofia política. Cerca de 25 anos depois, o balanço é faticamente distinto, justificando a razão de ser destas jornadas: a democracia não ganhou em todo o lado. Muitos países que se converteram à democracia, não são democracias liberais. Proliferam regimes híbridos com instituições democráticas, mas que carecem de uma competição política aberta, livre e justa, de forma a que o partido dominante possa aceder ao poder de uma forma consentida. Assim, se as exigências forem contempladas desde o horizonte das expectativas criadas rapidamente concluímos que a euforia anterior se revelou sobremaneira infundada.

Covilhã e UBI, 29 de maio de 2018  
João Carlos Correia

### **Referências Bibliográficas**

Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva.